

POLÍTICOS PERCEBERAM QUE EVENTUAL DERROTA DO GOVERNO FEDERAL PODERIA AGRAVAR A CRISE

AJUSTE É APROVADO

Lydia Medeiros
Da equipe do **Correio**

O susto com os resultados das bolsas de valores e com a saída de dólares do país, somado à demissão do presidente do Banco Central, Gustavo Franco, levou o Congresso a aprovar rapidamente e por maioria expressiva, quatro medidas provisórias (MPs). A principal delas aumenta impostos e arrecada R\$ 2,1 bilhões no ajuste fiscal prometido pelo governo ao Fundo Monetário Internacional. Deputados e senadores estavam apreensivos. Concluíram que uma derrota do governo ontem só serviria para agravar a situação. E não queriam ser responsabilizados por uma catástrofe financeira.

Três medidas provisórias foram aprovadas por votação simbólica: a que criou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária; a que baixou de 18,06% para 12,84% a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), e a que instituiu taxas processuais para os serviços do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). A medida provisória (1.788) que aumentou impostos foi aprovada com folga: na Câmara, 354 votos a favor, 112 contra e duas abstenções. No Senado, foram 61 votos favoráveis e onze contra.

O trabalho do governo para garantir esse resultado começou cedo. Os ministros políticos levaram a sério a recomendação do presidente Fernando Henrique Cardoso e trataram de cuidar dos votos das bancadas de seus partidos. As reclamações dos parlamentares foram anotadas, mas as soluções ficaram na promessa, adiadas pela crise.

André Corrêa



Serra (à direita): ministro da Saúde passou toda a tarde de ontem no Congresso negociando a aprovação de MPs

O governo, porém, atendeu aos empresários. Nos próximos dias, edita nova MP modificando a vigência das novas regras para o cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). As despesas com juros e remuneração sobre capital próprio serão indedutíveis da CSLL até a aprovação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). O governo queria que a medida fosse permanente. O acordo foi fechado

com o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel.

No PMDB, Renan Calheiros (Justiça) e Eliseu Padilha (Transportes) foram para o Congresso de manhã, numa tentativa de pressionar o PMDB e demonstrar coesão. Padilha almoçou com os líderes do partido e contou voto a voto. Pimenta da Veiga (Comunicações) estreou na coordenação política do PSDB. O ministro se reuniu com a bancada e cobrou apoio maciço do parti-

do. O ministro da Saúde, José Serra, também passou a tarde no Congresso negociando votos.

O líder do PSDB, Inocêncio Oliveira (PE), além de se empenhar pelo apoio do partido, cuidou da maior insatisfação da bancada nordestina: a extinção do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca. Foi ao Planalto com representantes da região e arrancou compromisso de o governo dar ao órgão uma sobrevivência de pelo menos 90 dias.